

# SUMÁRIO



*Nota do coordenador*, 15

- 1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DO TRABALHO, 17
  - 1.1 Introdução, 17
  - 1.2 Brasil, 17
- 2 CONCEITO E PRINCÍPIOS, 19
  - 2.1 Conceito, 19
  - 2.2 Princípios, 19
- 3 FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS, 21
  - 3.1 Autodefesa, 21
  - 3.2 Autocomposição, 21
  - 3.3 Heterocomposição, 21
    - 3.3.1 Mediação, 22
      - 3.3.1.1 Comissões de conciliação prévia, 22
    - 3.3.2 Arbitragem, 23
    - 3.3.3 Jurisdição, 24
- 4 ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 25
  - 4.1 Introdução, 25
  - 4.2 Tribunal Superior do Trabalho, 25
  - 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho, 26
  - 4.4 Varas do trabalho, 28
  - 4.5 Secretaria, 29
  - 4.6 Oficiais de justiça, 29
- 5 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 31
  - 5.1 Introdução, 31

- 5.2 Competência em razão da matéria, 31
    - 5.2.1 Contratos de empreitada, 31
    - 5.2.2 Competência normativa, 31
    - 5.2.3 Outras ações, 32
  - 5.3 Competência em razão das pessoas, 33
    - 5.3.1 Funcionários públicos, 33
    - 5.3.2 Entes de direito público externo, 33
  - 5.4 Competência em razão do lugar, 33
    - 5.4.1 Local da prestação de serviços, 34
    - 5.4.2 Empregados viajantes, 34
    - 5.4.3 Empregados brasileiros que trabalham no exterior, 34
    - 5.4.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato, 34
  - 5.5 Competência em dissídios coletivos, 34
  - 5.6 Prorrogação da competência em razão do lugar, 35
  - 5.7 Foro de eleição, 35
  - 5.8 Juiz de direito, 35
  - 5.9 Ministério Público do Trabalho, 35
  - 5.10 Conflitos de competência, 36
- 6 ATOS; TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS, 37
- 7 NULIDADES, 39
- 8 PARTES, REPRESENTAÇÃO, PROCURADORES E TERCEIROS, 41
- 8.1 Denominação, 41
  - 8.2 Representação, 41
  - 8.3 *Ius postulandi*, 42
  - 8.4 Assistência judiciária, 43
  - 8.5 Substituição processual, 44
  - 8.6 Intervenção de terceiros, 44
    - 8.6.1 Assistência, 45
    - 8.6.2 Oposição, 45
    - 8.6.3 Nomeação à autoria, 45
    - 8.6.4 Denúnciação da lide, 45
    - 8.6.5 Chamamento ao processo, 46
- 9 AÇÃO TRABALHISTA, 47
- 9.1 Petição inicial, 47
  - 9.2 Indeferimento da petição inicial, 48
  - 9.3 Inépcia da inicial, 48
  - 9.4 Modificações à postulação inicial, 48

- 10 DISTRIBUIÇÃO, 49
- 11 AUDIÊNCIA, 51
- 12 RESPOSTA DO RÉU, 53
  - 12.1 Introdução, 53
  - 12.2 Exceções, 53
    - 12.2.1 Impedimento, 54
    - 12.2.2 Suspeição, 54
      - 12.2.2.1 Procedimentos comuns à exceção de impedimento e suspeição, 55
    - 12.2.3 Incompetência, 55
  - 12.3 Contestação, 55
    - 12.3.1 Preliminares, 55
    - 12.3.2 Preliminares de mérito, 56
      - 12.3.2.1 Prescrição, 56
      - 12.3.2.2 Decadência, 56
      - 12.3.2.3 Compensação, 56
      - 12.3.2.4 Retenção, 57
    - 12.3.3 Defesa de mérito, 57
  - 12.4 Reconvenção, 57
- 13 DAS PROVAS, 59
  - 13.1 Introdução, 59
  - 13.2 Ônus da prova, 59
  - 13.3 Meios de prova, 60
    - 13.3.1 Introdução, 60
    - 13.3.2 Depoimento pessoal, 60
    - 13.3.3 Documentos, 61
    - 13.3.4 Testemunhas, 62
    - 13.3.5 Perícia, 63
    - 13.3.6 Inspeção judicial, 64
    - 13.3.7 Usos e costumes, 64
- 14 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO, 65
- 15 SENTENÇA, 67
  - 15.1 Votação, 67
  - 15.2 Definições, 67
  - 15.3 Classificação das sentenças, 67
  - 15.4 Efeitos, 68
  - 15.5 Estrutura da sentença, 68

- 15.6 Custas, 68
- 15.7 Honorários advocatícios, 69
- 15.8 Publicação da sentença, 69
- 15.9 Erros, 69
- 15.10 Duplo grau de jurisdição, 70
  
- 16 RECURSOS, 71
  - 16.1 Introdução, 71
  - 16.2 Regras gerais, 72
  - 16.3 Pressupostos, 72
  - 16.4 Recurso ordinário, 73
  - 16.5 Recurso de revista, 74
  - 16.6 Embargos, 76
  - 16.7 Agravo de petição, 77
  - 16.8 Agravo de instrumento, 78
  - 16.9 Agravo regimental, 79
  - 16.10 Recurso extraordinário, 79
  - 16.11 Recurso adesivo, 80
  - 16.12 Correição parcial, 80
  - 16.13 Embargos de declaração, 81
  
- 17 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, 83
  - 17.1 Inquérito para apuração de falta grave, 83
  - 17.2 Ação rescisória, 83
  - 17.3 Mandado de segurança, 85
  - 17.4 Ação de consignação em pagamento, 86
    - 17.4.1 Consignação extrajudicial, 86
    - 17.4.2 Consignação em pagamento, 86
  - 17.5 Prestação de contas, 87
  - 17.6 Habilitação incidente, 88
  - 17.7 Restauração de autos, 88
  - 17.8 *Habeas corpus*, 89
  - 17.9 Tutela antecipada, 89
  - 17.10 Tutela específica de obrigação de fazer ou não fazer, 91
  - 17.11 Ação monitória, 92
  - 17.12 Ação civil pública, 92
  - 17.13 Ação anulatória de cláusulas convencionais, 93
  
- 18 MEDIDAS CAUTELARES, 95
  - 18.1 Introdução, 95
  - 18.2 Contestação, 96

- 18.3 Cessação da medida, 96
  - 18.4 Sentença, 97
  - 18.5 Prejuízos, 97
  - 18.6 Transferência de empregados, 97
  - 18.7 Medidas cautelares específicas, 98
    - 18.7.1 Arresto, 98
    - 18.7.2 Seqüestro, 99
    - 18.7.3 Produção antecipada de provas, 100
    - 18.7.4 Exibição, 100
    - 18.7.5 Justificação, 101
    - 18.7.6 Protestos, notificações e interpelações, 101
    - 18.7.7 Atentado, 102
    - 18.7.8 Outros procedimentos, 103
  - 18.8 Medidas cautelares nos tribunais, 103
- 19 DISSÍDIOS COLETIVOS, 105
- 19.1 Conceito, 105
  - 19.2 Distinção, 105
  - 19.3 Classificação, 105
  - 19.4 Competência, 106
  - 19.5 Limites do poder normativo, 106
  - 19.6 Natureza jurídica da sentença normativa, 107
  - 19.7 Condição da ação, 107
  - 19.8 Quórum da assembléia sindical, 107
  - 19.9 Prazo para instauração, 107
  - 19.10 Instauração de ofício, 107
  - 19.11 Legitimidade ativa, 108
  - 19.12 Partes, 108
  - 19.13 Requisitos, 108
  - 19.14 Procedimentos, 109
  - 19.15 Contestação, 110
  - 19.16 Instrução, 110
  - 19.17 Sentença, 110
  - 19.18 Início da vigência, 111
  - 19.19 Prazo de vigência, 112
  - 19.20 Extensão da sentença normativa, 112
  - 19.21 Revisão, 113
  - 19.22 Dissídio coletivo de funcionário público, 113
  - 19.23 Ação de cumprimento, 114
- 20 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, 115
- 20.1 Introdução, 115

- 20.2 Arbitramento, 116
- 20.3 Artigos, 116
- 20.4 Cálculos, 116
- 20.5 Sentença de liquidação, 117
  
- 21 EXECUÇÃO, 119
  - 21.1 Introdução, 119
  - 21.2 Lei de execução fiscal, 120
  - 21.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça, 120
  - 21.4 Formas de execução, 120
  - 21.5 Execução provisória, 121
  - 21.6 Legitimidade ativa, 121
  - 21.7 Legitimidade passiva, 122
  - 21.8 Objeto, 122
  - 21.9 Execução contra devedor insolvente, 122
  - 21.10 Execução para entrega de coisa, 123
  - 21.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer, 123
  - 21.12 Execução por prestações sucessivas, 124
  - 21.13 Execução por quantia certa contra devedor solvente, 124
  - 21.14 Nomeação de bens à penhora, 124
  - 21.15 Penhora, 125
  - 21.16 Bens penhoráveis e impenhoráveis, 125
  - 21.17 Penhora de estabelecimento, 126
  - 21.18 Segunda penhora, 126
  - 21.19 Execução contra a Fazenda Pública, 126
  - 21.20 Execução de contribuição previdenciária, 128
  - 21.21 Embargos à execução, 129
  - 21.22 Impugnação à sentença, 130
  - 21.23 Embargos de terceiro, 130
  - 21.24 Praça e leilão, 131
  - 21.25 Arrematação, 131
  - 21.26 Adjudicação, 132
  - 21.27 Remição, 132
  - 21.28 Embargos à arrematação e à adjudicação, 132
  - 21.29 Suspensão e extinção da execução, 132

*Questões de concursos*, 135

*Bibliografia*, 151